

Além do ensino: identidade negra e extensão em universidade particular

Joscimar Souza Silva¹

Ramone Grazielle de Lima Santos²

Pannelie Chárlete da Paixão Brito Cardoso³

RESUMO

Este artigo discute o papel da extensão universitária em identidade negra e luta antirracista no contexto do ensino superior privado brasileiro. O trabalho se norteia sobre as razões da ausência da extensão na questão da identidade negra e da luta antirracista nesse contexto, e sobre os impactos que mobilizações nesse contexto podem acarretar. A partir de uma revisão de literatura e de um estudo de caso nessa temática se objetiva compreender as percepções de organizadores do Negro Tom sobre a relação entre as intervenções, a recepção da comunidade universitária e a importância dessas ações para suas identidades pessoais e para a comunidade universitária e externa. Os resultados apontam o esvaziamento da temática na educação superior privada, e a importância do diálogo entre movimentos sociais e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais, Movimento negro, Desigualdades sociais.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, joscimar144@gmail.com

² Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário UniFG, ramonegsantos@gmail.com

³ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário UniFG, charlete.paixao.brito@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas houve um significativo aumento do acesso ao ensino superior, marcado por políticas sociais que geraram um grande número de novas vagas, tanto na rede pública quanto no ensino particular. Contudo, nesse processo, especialmente no ensino superior da rede privada de ensino, pouco se gerou programas de permanência no ensino superior e menos ainda um debate nesses ambientes acadêmicos em torno da inclusão e dos novos sujeitos que adentram à universidade. A partir de uma experiência extensionista organizada pela comunidade universitária negra num Centro Universitário do interior da Bahia, problematiza-se neste artigo as desigualdades na educação superior em três âmbitos: 1) a inclusão desigual em políticas de ensino superior; 2) a politização e a ausência da politização da desigualdade em contextos de ensino superior particular; 3) o papel dos movimentos e das mobilizações sociais e de identidade enquanto pautas políticas no contexto do ensino superior.

O processo de expansão do ensino superior no Brasil, ainda que regulado pelo Estado, é marcado pelas visíveis desigualdades. Tratando apenas das políticas recentes de inclusão podemos, como os casos do FIES⁴, PROUNI⁵, REUNI⁶, este último destinado às universidades públicas, já é possível perceber as profundas desigualdades que separam o ensino superior público do ensino superior privado. Enquanto o REUNI previu, por força das mobilizações das universidades públicas, políticas de permanência dos alunos no ensino superior, a exemplo de bolsas permanência, auxílios, ampliação das bolsas de pesquisa e monitoria, programas como o FIES e PROUNI, destinados ao mesmo perfil socioeconômico de público estudantil, porém para inclusão nas instituições de ensino superior privadas, não incluíram políticas de permanência e muito menos o necessário debate sobre os desafios desse novo perfil de ingressantes ao ensino superior.

Além disso, duas lógicas distintas imperam sobre esses dois contextos. 1) A lógica da universidade pública marcada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, além de uma trajetória de inclusão que possibilitou a consolidação de programas e políticas de permanência no ensino superior, desde aspectos básicos de moradia alimentação, inserção em atividades de pesquisa e extensão até a promoção da saúde física e mental. Por outro lado, 2) na lógica das universidades particulares imperou um modelo de oferta de aulas. Além de ser mais econômico e proporcionar maiores lucros, esse modelo possibilita que pequenas instituições pudessem se manter ativas no mercado, em forma de faculdades ou ainda que grandes instituições de ensino superior privadas possam ampliar sua rede, com mais filiais e maior número de alunos. Dessa

⁴ Programa de Financiamento Estudantil (Brasil, 2001).

⁵ Programa Universidade para Todos (Brasil, 2005).

⁶ Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Brasil, 2007).

forma, rompe-se o tripé fundamental do ensino superior: ensino - pesquisa - extensão. Se não há pesquisa conformam-se instituições de ensino superior com replicadores de conteúdo, não com professores. Vale ressaltar que crítica semelhante já foi feita por Demo (1987). Se não há extensão, não há possibilidades de vivências culturais, sociais e políticas na universidade. Portanto, a universidade se conforma como espaço da reprodução do saber enjaulado no espaço da sala de aula (Demo, 1987; Gomes, 2012a).

É sobre o espaço da extensão universitária no ensino superior privado que se desenvolve este trabalho. Mais especificamente, é sobre o papel das demandas extensionistas da comunidade universitária ao reconhecer o espaço regional onde estão inseridos e as condições de desigualdades neles presente é que se dedica esse trabalho. A educação, em especial à educação superior, não cabe os limites da reprodução do conhecimento. Um dos papéis sociais da universidade na concepção contemporânea, é a capacidade de formar sujeitos autônomos e que consigam inovar em distintos contextos, considerando a realidade onde estão inseridos. Vale ressaltar que não assumimos a essa concepção sem as devidas ressalvas. A perspectiva aqui adotada é a mais corrente no campo das humanidades em educação que

o foco central [da educação] são os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos. Essa interpretação tem sido adensada do ponto de vista político e epistemológico pelos movimentos sociais ao enfatizarem que os sujeitos de direitos são também diversos em raça, etnia, credo, gênero, orientação sexual e idade, entre outros. Enfatizam, também, que essa diversidade tem sido tratada de forma desigual e discriminatória ao longo dos séculos e ainda não foi devidamente equacionada pelas políticas de Estado, pelas escolas e seus currículos. (GOMES, 2012a, p. 688).

O projeto extensionista que deu base às reflexões tecidas neste trabalho é o "Negro Tom". Surgido da iniciativa de estudantes negras, o projeto se estruturou e se realizou em um ambiente universitário da rede privada de ensino, contando a organização da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários do corpo administrativo) e com participação e apoio da comunidade externa. Surgido de uma ausência percebida por estudantes negras, compartilhada com demais estudantes e professores, em especial das áreas de Ciências Humanas, com destaque à Psicologia e Ciências Sociais, o projeto de extensão nos ajuda a refletir sobre o contexto das políticas educacionais e da inclusão em seus diversos âmbitos, para além do acesso, pensando os espaços de diálogo entre universidade e movimentos sociais e a inclusão da representatividade nas práticas de ensino aprendizagem.

Nas etapas seguintes deste artigo apresenta-se uma breve contextualização temática sobre a questão negra no Ensino Superior. Em seguida o artigo dá voz aos relatos, resumindo-os narrando o evento. Para analisar os relatos foi utilizado o software AntConc para análise de conteúdo, e posteriormente feita uma análise de conteúdo discursivo dos relatos. Dessa

forma, o conteúdo narrado contempla diferentes vozes a quem dedicamos este trabalho⁷.

CONTEXTUALIZAÇÃO E A QUESTÃO NEGRA NO ENSINO SUPERIOR

A afirmação de que "vivemos em um país de pura miscigenação" pode nos alertar ao debate sobre a questão das desigualdades raciais e as violências físicas e simbólicas correlatas, como também pode nos conformar ao "mito da democracia racial" em suas mais variadas facetas de legitimação das desigualdades a partir de um discurso meritocrático⁸. A predominância de populações negras em algumas regiões, como no caso da Bahia faz com que sejam mais frequentes os debates sobre a desigualdade raciais e que esse tema penetre no ambiente universitário impulsionado pela organização e mobilização de movimentos sociais que reivindicam a igualdade racial e a correção dos erros históricos. Porém, ainda que este debate seja forte na Bahia, ele é desigualmente distribuído. Por mais que a proporção de negros seja maioria numérica em quase todos os municípios do estado da Bahia, a identidade social negra e os movimentos de afirmação racial e de politização da questão negra se concentra em poucas regiões do estado.

Essa desigualdade também se replica nos ambientes acadêmicos. As universidades públicas tensionam muito mais o debate sobre o tema que as universidades privadas, ainda que todas sigam as mesmas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que são individualizadas apenas por curso, ou ainda outras normativas legais de perfil desejado para a educação superior no Brasil. As razões destas desigualdades são muitas. Mas cabe citar dois: 1) o poder político da comunidade universitária na definição e dos objetivos educacionais nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs); 2) a valorização do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, com destaque para as atividades extensionistas e o diálogo entre universidade e comunidade. Quanto ao primeiro ponto, a autonomia da comunidade universitária e sua participação na definição das políticas e programas internos promove a inclusão de demandas e temas sensíveis aos envolvidos na comunidade possibilitando uma maior conexão entre as diretrizes, os programas e a realidade. Por outro lado, a valorização do tripé Pesquisa-Ensino-Extensão, em especial a extensão, coloca à comunidade universitária

⁷ Este trabalho e o projeto Negro Tom não seriam possíveis sem a colaboração de Alfredo Baleeiro, Aline Moreno Mendes, Ana Rosa das Virgens Santos, Dalvani da França, Diogo Souza, Lana Nóbrega, Ozeli Brito, Grupo de Capoeira Ginga Bahia e outros colaboradores. Além disso, vale destacar o apoio fundamental do Centro Universitário UniFG, que apesar dos desafios, foi apoiador essencial a esse evento, sendo incentivador da extensão universitária através do edital no qual concorreu esse projeto. Todos os erros e falhas presentes no texto, são de total responsabilidade dos autores.

⁸ Esse termo *negro* carrega consigo uma história de desigualdades, onde em todo o processo de construção histórica se reafirma, ao mesmo tempo em que o discurso da "democracia racial" tira a legitimidade do debate sem em nenhum momento enfrentá-lo.

uma maior clareza dos desafios que os profissionais formados encontrarão em sua realidade local, além disso, a extensão torna o ambiente acadêmico mais sensível às demandas da comunidade externa, promovendo uma forma de diálogo engajado entre universidade e sociedade.

É sob essa perspectiva que o projeto Negro Tom se propõe a problematizar os preconceitos, atuar na promoção dos direitos humanos e, ao mesmo tempo reafirmar a construção da identidade negra. Colocar esse debate contribuiu com a quebra de estigmas e, ao mesmo tempo, com a valorização das identidades negras, em meio a uma sociedade que reproduz diuturnamente um preconceito velado. Uma sociedade preconceituosa com relação à cor da pele, desvalorizando sujeitos e identidades, criando e reforçando estigmas, reproduzindo violência social e psíquica. Este preconceito está tão enraizado que lamentavelmente, além dos brancos, muitos não brancos também são preconceituosos e/ou se envergonham de se declararem negros. O preconceito quanto à cor da pele, na visão de alguns, é questionável. Contudo, em uma análise objetiva da realidade, percebemos a negação do negro.

O primeiro tensionamento necessário vem no nome do projeto: Negro Tom. A sociedade brasileira é composta por negros com diferentes tons de pele. Mas, quando a pele tem um tom mais claro, as pessoas, de modo geral, parecem nos aceitar melhor. Quanto mais escuro o tom da pele, mais rejeição. Ter a pele mais clara ou mais escura não nos torna menos ou mais negros. O objetivo inicial do projeto era que na semana da Consciência Negra (16 a 20 de novembro de 2015), quando se comemora o dia da consciência negra (20 de novembro), fosse marcada no âmbito da instituição como uma semana de problematizações sobre a negritude e as desigualdades e violências a que estamos sujeitos desde o ambiente interno da universidade aos ambientes externos, local e regional.

Esse dia é comemorado desde o início da década de 1970 como forma de lembrar a morte do líder Zumbi dos Palmares, em 1695, que lutou pela libertação dos negros escravizados durante o período colonial no Brasil. O feriado, que não é nacional e acontece apenas em alguns estados brasileiros, é marcado por diversos eventos e atividades que motivam a discussão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira e a igualdade racial. É válido ressaltar que o estado da Bahia, apesar da expressiva quantidade de negros em seu território, não tem esse dia como feriado.

O período selecionado é fortemente simbólico, o contexto onde emerge demonstra a ausência sentida, mas sua forma é a provocação. O Negro Tom, além do debate acadêmico, é fundamentalmente um conjunto de intervenções artísticas. Da divulgação ao encerramento, todo o projeto foi executado pensando a arte como aquela que, como a Filosofia, rasga o guarda chuva do conformismo (DELEUZE, GUATTARI, 1992). O propósito era que as provocações artísticas e científicas no contexto do Negro Tom tratasse de uma questão de perspectiva, do lugar de onde se fala, de ouvidos interessados em ouvir e de reflexões aprimoradas sobre a construção da imagem de si e do outro levando em consideração aspectos biológicos, étnicos, históricos dentre outros.

Não seria exagero afirmar que vivemos (ou vivíamos) em um momento auspicioso da história brasileira por termos a possibilidade de debater livremente temas que até pouco tempo eram relegados. Apesar disso, no contexto da realização do Negro Tom, ano de 2015, era um período onde se fortaleceram ideias conservadoras na sociedade brasileira, com destaque para questionamentos sobre as cotas raciais e contra outras políticas de inclusão, como tem sido apontado por estudos recentes sobre o crescimento da nova onda reacionária e conservadora no Brasil contemporâneo (SANTOS JÚNIOR, 2019).

Porém, apesar da compreensão do momento político e conjuntural das políticas educacionais e demais políticas sociais de inclusão, o Negro Tom e sua pauta emerge como necessidade de tensionamento no debate sobre a questão racial a partir de estudantes do curso de Psicologia. Acreditando que para uma melhor compreensão dos mecanismos mantenedores do preconceito racial, além de considerá-lo como um fenômeno histórico e social, era necessário vislumbrá-los no universo constitutivo na psique do sujeito. Não seria nenhum exagero deduzir a existências de uma probabilidade em que atitudes preconceituosas acarretem consequências nas estruturas psíquicas de suas vítimas e também autores. Seria razoável pensar que aquilo que nos oprime e diminui de algum modo, mesmo que em um contexto específico, reverbera em novos recantos da vida. Imaginemos então a dimensão do sofrimento de sujeitos vitimados pelo racismo quando o opressor figurasse numa pluralidade de indivíduos municiados por uma cultura dominante que desfigura tudo o que não lhe é comum. Mesmo para um olhar leigo não seria difícil deduzir que os danos psíquicos podem ter uma profundidade significativa para que sofre ou sofreu preconceito racial.

É necessário reconhecer e conhecer um problema para então enfrentá-lo. Por esse prisma, a contribuição da psicologia frente à temática em questão se dá pela multiplicidade das discussões referente a construção da subjetividade do ser, suas apropriações simbólicas, antagonismos em reproduzir valores que não são seus, questões referentes a autoestima, relação entre diferentes grupos, constituição de ideologias no âmbito familiar e social, etc. O combate ao preconceito racial não é uma luta somente dos negros, embora sejam eles os mais prejudicados, mas de toda a sociedade brasileira. Dessa forma, com base nas reflexões tecidas com o auxílio da psicologia, em um diálogo interdisciplinar, busca-se tecer reflexões que possam contribuir com a criação de uma rede de alianças que geste possibilidades de adotar medidas eficazes contra o racismo tanto no campo institucional da universidade onde o evento foi projetado quanto para os demais espaços de potencial atuação dos estudantes, egressos, comunidade universitária e comunidade externa.

Analisar a desigualdade racial com ênfase na questão do negro no nosso país nos faz refletir que é necessário mais que pregar a diversidade. Não é preciso apenas combater o racismo, é necessário formar cidadãos antirracistas. É preciso saber lidar com a diversidade social e racial no país, como aponta o professor e pesquisador Edson Lopes Cardoso, que também é assessor especial da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir-PR):

Apesar de termos no país uma rica diversidade racial é preciso saber lidar com essa variedade, que resultou de um processo histórico e que só traz vantagens para o Brasil. ‘O que fazemos com essa vantagem? Uma sociedade diversificada tem um desafio, que é assegurar o pluralismo. É compromisso da democracia, combater o racismo e o sexismo⁹.

Apesar de haver mudanças significativas na mentalidade social e avanços e conquistas do movimento negro na esfera da sociedade civil e do Estado na última década, há ainda, uma valorização à brancura, remetendo a um passado que já foi transcendido. O Brasil é um país com nível elevado de mestiçagem, tornando raro encontrar brancos autênticos. Quando alguém se declara negro, esta pode ser uma forma de romper dialeticamente com a patologia social dos brasileiros mais claros. “[...] o nosso branco é, do ponto de vista antropológico, um mestiço, sendo, entre nós, pequena minoria o branco não portador de sangue negro” (RAMOS, 1995, p. 225).

Após a abolição e a aculturação total do negro, a afirmação dogmática da excelência da brancura passou a ser um fato patológico ao passo que o processo de miscigenação reduziu em grande escala a possibilidade das pessoas se afirmarem brancas, sem nenhum tipo de mestiçagem (RAMOS, 1995, p. 220). As pessoas com a pele mais clara, tendem a não se declararem como negras e não são aceitas pela sociedade como um todo quando assim se declaram. Um dos motivos pelos quais as pessoas tendem a não se declararem como negras está na visão estigmatizada que este termo carrega. A cor negra está submersa numa carga milenária de significados pejorativos; já a brancura é vista como algo bom, sublime e belo (RAMOS, 1995, p. 241). Dessa forma, cabe um papel fundamental à educação, a formação antirracista. Nesse aspecto da formação antirracista o movimento negro cumpre um papel fundamental, pois além de problematizar as desigualdades raciais foi também ator chave para que o debate das desigualdades raciais e de uma educação antirracista fosse incorporado por políticas educacionais no Estado brasileiro (GOMES, 2012b).

NEGRO TOM NA VOZ DOS ENVOLVIDOS

Ouvir os sujeitos envolvidos na organização de um projeto de fortalecimento da identidade negra e da luta antirracista em contexto de universidade particular é também uma forma de dar voz aos atores centrais na promoção da atividade de extensão universitária, mas também de conectar suas vivências internas e externas ao ambiente acadêmico às suas lutas e desafios na promoção do projeto. Dar voz é também uma forma de enfrentamento, e assim tem se fortalecido novas epistemologias que refletem em profundidade as desigualdades (GOMES, 2012a). Igualdade é um tema que sempre se discute em nosso país. Igualdade de gênero, étnica, social, e muitas outras. Essa igualdade parece muito distante e improvável de se alcançar. Mas a luta tem

⁹ Disponível em: <http://www.abc.com.br/2012/11/brasil-passou-mais-de-um-seculo-sem-politicas-publicas-para-o-negro-diz-professor>. Acesso em outubro de 2015.

trazido significativas modificações. É um processo lento, mas de resultados visíveis (GOMES, 2012b).

O objetivo do projeto *Negro Tom* é dar visibilidade e voz a uma minoria social, mas maioria numérica, que são vítimas da desigualdade em nosso país. Porém, mais que vítimas, são sujeitos da transformação. Esse projeto nasceu a partir da inquietação de alunos que perceberam a falta de mobilização acadêmica em relação ao dia da Consciência Negra, que ocorre no dia 20 de Novembro, a partir de então, buscaram orientação com o professor autor do projeto, que passou a coordenar as ações. O projeto foi idealizado com o objetivo de criar um espaço crítico de desconstrução de estigmas enraizados sobre o (a) negro (a)s no Brasil, de forma a problematizar tal temática no espaço de um Centro Universitário do interior da Bahia, na semana da consciência negra.

O projeto se desenvolveu através de movimentos que pudessem contemplar as diversas artes, contando com apresentações de dança, declamação de poesia, interpretação de poemas, apresentação de roda de capoeira, exposição de artes, debates e mesas, visando à discussão a partir do pensamento crítico. A divulgação foi realizada a partir, também, da exposição de montagem contendo as fotos dos estudantes, funcionários e professores negros que compunham a instituição. As intervenções artísticas também contaram com forte participação da comunidade externa, como grupo e escola de capoeira e também mobilizaram a participação de público externo ao projeto.

Todo o evento contemplou uma semana de atividades, incluindo a divulgação com intervenções artísticas e concentrando as atividades acadêmicas em dois dias. Os dois "oficiais" do projeto promoveram discussões sobre como o negro é visto e os espaços que tem ocupado na sociedade brasileira. Também houve intervenções que nos mostravam um pouco da cultura deixada pelos ancestrais negros que foram trazidos para nosso país. Dentre os temas abordados é possível citar: 1. As formas de resistência do povo negro e sua cultura; 2. A vida das estudantes negras na instituição de ensino superior privada; 3. Escravidão e Liberdade; 4. O passado que não passa: o racismo contemporâneo; 5. O humor como instrumento racista; 6. Representações sociais da mulher negra em telenovelas; 7. Negros e representação política institucional; 9. Cotas raciais no Ensino Superior.

A mesa “As formas de resistência do povo negro e de sua cultura” foi pensada e estruturada para que os participantes pudessem discutir as diferentes formas de resistir numa sociedade racista. Foi ressaltado a importância da resistência de toda essa cultura como forma de autoafirmação, identidade e até enfrentamento, principalmente quando milhares de negros foram retirados de seus lares e suas culturas próprias e obrigados a viver homogeneizado seguindo uma forma de agir totalmente diferente da sua. Dentre as diferentes formas de resistência da cultura negra ao longo do tempo podemos citar as tradições religiosas, músicas, danças, esportes, vestimentas, comidas, dentre muitas outras.

Nos últimos anos foi possível ver um aumento na quantidade de discentes negros nas universidades privadas. Contudo, para além da

quantidade, é preciso se observar a qualidade de vida desses alunos nessas instituições. Na palestra “A vida da estudante negra na Instituição de Ensino Superior Privada” foi relatada o quanto alunas negras ainda sofrem com o racismo, piadas discriminatórias e críticas com relação às cotas. Muitos ainda veem a presença do negro como inadequada para o ambiente universitário. Muitos são os casos em que negros são criticados, achincalhados dentro do ambiente acadêmico. Ainda é preciso políticas e programas mais eficazes para incrementar o acesso a uma educação de qualidade.

Durante a mesa “Escravidão e liberdade” foram resgatados dados históricos acerca do período da escravidão, perpassando pelos fatos que culminaram na assinatura da Lei Áurea, trazendo para o debate o significado da liberdade, em como os escravos foram libertados oficialmente, mas sem nenhum recurso para sobreviver ou recomeçar fora das fazendas em que eram mantidos. A escravidão foi encerrada, no entanto, sem meios para sobreviver na sociedade, não é possível dizer que eles tinham liberdade, as consequências desse fato podem ser sentidas até os dias atuais.

A roda de discussão “O passado que não passa: racismo contemporâneo” foi trazida para o evento para que fosse possível entender o percurso histórico do racismo, de como os negros foram tratados em tempos de escravidão e logo após o seu fim, do racismo escancarado, permitido e reproduzido, tido como natural, uma vez que os negros eram vistos como inferiores. Logo após foi feita a discussão acerca de toda luta que ocorreu para que as pessoas negras pudessem ser tratadas com igualdade e dos avanços que essas lutas trouxeram, como a inserção do negro em ambientes escolares, acadêmicos, de trabalho e de lazer, no entanto, apesar de todas essas conquistas, ainda há um racismo que se perpetua em todos esses espaços, de forma velada, não dita, uma vez que racismo se tornou crime, surgiram formas mais sutis de expressar a não aceitação do negro em determinados espaços, como menores salários, tratamentos desiguais e exclusão social.

O brasileiro tem uma tendência a ser informal e cordial em suas relações. Ao mesmo tempo que essa característica pode ser positiva, também pode fazer surgir uma forma específica de expressão do racismo em que o riso muitas vezes é utilizado como mediador ou catalisador nas suas manifestações. Na discussão “O humor como instrumento racista” foi apresentado um Trabalho de Conclusão de Curso onde o autor relatou do desafio de falar sobre o tema, pois o humor é visto em regra geral como algo agradável e desprezioso. Por vezes as pessoas se utilizam do humor para estigmatizar as pessoas.

Piadas racistas procuram então afirmar a ideia de que apenas pessoas brancas são agentes sociais competentes. O humor racista é um tipo de discurso de ódio, é um tipo de mensagem que comunica desprezo, que comunica condescendência por minorias raciais. Mais do que isso, ele reforça a noção de que minorias raciais não são atores sociais

competentes, o que compromete a possibilidade delas conseguirem ter acesso a oportunidades profissionais (MOREIRA, 2018)¹⁰.

É preciso ter em mente que piadas de cunho racista são racismo. É preciso romper com a ideia de que racismo é engraçado.

Na palestra “Representações sociais da mulher negra” foi discutido a grande diversidade racial no Brasil, mas essa diversidade não é representada na televisão porque ainda se valoriza tanto na TV, como em várias esferas da sociedade brasileira, a matriz europeia de pensamento e comportamento. Se analisássemos a cultura das raças na TV se assemelha em uma população de características europeias. Negros e indígenas ou são representados de maneira estereotipada ou não aparecem. O que vemos, hoje, são os negros sendo representados nas novelas e comerciais com papéis de pouca importância, ou personagens sem histórias e na maioria com papéis mostrando o lado da pobreza, dificuldades sociais e periféricas. No caso das mulheres, na maioria das vezes, aparecem em papéis secundários (mesmo quando carregam o título de protagonistas), como subalternas ou escravas.

Se fizermos uma análise em nível nacional acerca da representatividade numérica de negros na esfera política, perceberemos com clareza uma baixa representatividade, considerando a quantidade de negros existentes na população brasileira. No debate “Negros e representação política institucional” foi discutido que o mito da igualdade racial no Brasil, onde há alguns que defendem que não exista racismo no Brasil e/ou minimizam as questões raciais. Isso é refletido também na maioria dos estudos sobre a política brasileira, o que se deve a dois principais fatores:

Primeiro, argumenta-se que a sociedade brasileira não é organizada de uma maneira racial rígida, e, portanto, a raça não é uma clivagem relevante, que possa provocar conflitos, violência ou algum tipo de distúrbio da vida política. (...) Segundo alguns analistas alegam que os brasileiros não possuem forte consciência racial, e conseqüentemente não se comportam racialmente em formas politicamente relevantes. (JOHNSON III, 2000)

Ao trazer essa discussão, o objetivo da palestra foi de que se refletisse sobre a baixa representatividade negra nas esferas de poder político.

Na palestra “Cotas e ensino superior” foi discutido as ideias que fundamentam a proposta das cotas a partir do princípio de redução das desigualdades, o princípio de correção histórica e a partir do princípio de que a diversidade no ensino superior traria maior qualidade, diversidade e representatividade à discussão. É notório que temos poucos profissionais negros em áreas mais elitizadas, como por exemplo na medicina. Então, incluir essas pessoas em universidades aumenta a possibilidade de vislumbrar maior diversidade e que há possibilidade de carreira. A proposta das cotas é algo temporário, enquanto se corrige essas desigualdades.

¹⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>. Acesso em setembro de 2019.

Os colaboradores do projeto apresentaram relatos pessoais apresentando suas percepções acerca do projeto com base em três questões: 1. A importância do Negro Tom dentro do contexto da universidade; 2. A abordagem do tema perante os demais alunos, desde a divulgação até a realização do evento; 3. Sua percepção e avaliação pessoal sobre o evento.

Nos relatos os termos “negro, negra, negros, negritude” foram citados em média 6,62 vezes por cada correspondente. A referência a esses termos além de refletir o nome e o tema do evento carregam falas de fortalecimento da identidade negra, sua importância no contexto local e regional da universidade, e o papel da mobilização negra nesse ambiente. Além disso, destacam também nos relatos o papel das mobilizações artísticas, das imagens negras representadas e das intervenções como instrumento do necessário tensionamento e problematização das desigualdades e dos preconceitos em relação ao tema.

O termo “racismo” apareceu em média 4,12 vezes por cada correspondente. Nesse contexto, o racismo foi apresentado como estrutura de preconceitos a ser combatido. Refletido em práticas racistas, em resistências à abordagem do tema, em formas de subjugação da corporeidade negra, que perpassa desde a ausência de intelectuais negros nas bibliografias dos cursos até mesmo aos preconceitos reafirmados nas mídias e no humor. Desvelar esses preconceitos foi entendido como uma das primeiras formas de enfrentamento.

Os termos “evento” e “projeto” apareceram em média 6,25 vezes em cada relato. Essas expressões remetem a formas genéricas de descrever o que foi o “Negro Tom”. Entre os organizadores o Negro Tom é percebido como “evento” devido a sua descontinuidade, não ocorrendo nos anos seguintes quando a equipe organizadora não estava mais nos quadros da instituição. Por outro lado, se retrata também o “Negro Tom” como projeto, em especial por ser um projeto de extensão.

Já os termos “alunos, discentes e estudantes” apareceram em média 2,75 vezes por cada correspondente, utilizada em referência à importância de dar voz a alunos negros para entender como eles lidam com as questões étnicas. Estes termos também são citados em contextos de divulgação e abordagem aos demais estudantes e membros da comunidade universitária. Neste caso, normalmente tratados como desafiador, pelas resistências ao debate do tema, com posicionamentos questionadores sobre a necessidade do projeto, com base nos argumentos da “democracia racial”, já contestados anteriormente neste artigo.

A palavra “debate” e suas variáveis foram citadas em média 2,75 vezes em cada relato, ressaltando a importância de se discutir sobre o tema e de eventos semelhantes que pudessem gerar debates acerca do negro nos diversos espaços. O termo “debate” também é relatado reafirmando a importância deste dentro do referido contexto.

A palavra “sociais” esteve presente 1 vez por relato, ligada à discussão sobre percepções sociais, o direito das minorias e a importância de se discutir sobre essas questões para que o lugar do negro possa ser conquistado e

estabelecido. Além disso, também reflete a importância da dimensão social da questão racial. Pois, além da dimensão da identidade negra, que perpassa os processos de identificação coletiva e individual, a luta antirracista se trata de um desafio macroestrutural, que compreende um processo amplo de valorização dos diferentes saberes que contemplados na diversidade racial brasileira. Este último desafio, como aponta Gomes (2012a; 2012b), precisa ser assumido de forma política, ou seja, carregada de intencionalidade antirracista no campo da educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, apesar de ser um país miscigenado, ainda necessita refletir, aprender, problematizar acerca das desigualdades raciais existentes em seu território, bem como desenvolver uma cultura antirracista. A discriminação racial tem sido um fator preponderante na questão que abarca os desafios encontrados pelos negros de se desenvolverem socialmente, culturalmente, economicamente, fazendo-os permanecer em situações vulneráveis não apresentando perspectivas de mudanças.

Políticas como as cotas, por exemplo, surgem como meio de reparação, funcionando como medidas afirmativas no sentido de contribuir para que o negro tenha oportunidades mais igualitárias. É preciso que o negro ocupe cada vez mais os espaços, antes destinados apenas a classe dominante branca, como universidades, cargos de poder político e outros espaços de poder. E para além de se alocar nas universidades, é preciso que a formação nesses espaços tenha intencionalidade de formação antirracista. Para além de leis, políticas ou programas que garantam a inserção da população negra em espaços majoritariamente brancos, é necessário que haja discussões, no intuito de explicar o processo histórico-cultural que culminou numa falta de representatividade de negros em diversos espaços, ocupando lugares de destaque ou de mudanças, uma vez que, ao negro ainda é reservado o papel de servir.

O racismo muitas vezes é tão banalizado socialmente que pode não ser percebido. É velado, não fica claro, mas continua presente nos dias atuais. Em decorrência desse fato, momentos de discussão sobre identidade, auto aceitação, cultura e direitos dos negros são cada vez mais necessários, uma vez que a naturalização do racismo, que pode ocorrer em forma de ditados, piadas, percepção do lugar do negro ou forma de entender as características dessas pessoas, faz com que a maioria da população não consiga entender a reprodução de práticas e falas racistas. Assim, as instituições e os espaços de educação, com ênfase aqui no ensino superior, são fundamentais. E, apesar dessa formação crítica com relação ao racismo já estar institucionalizadas em políticas e diretrizes de educação superior, a lacuna de projetos como Negro Tom nas universidades privadas ainda precisa ser superada.

O “Negro tom” foi idealizado com o objetivo de dar visibilidade à essas questões, fazendo surgir um debate acerca dos espaços que o negro tem ocupado na sociedade como um todo, assim como de produzir informação para

aqueles que não possuíam aproximação com o tema. As universidades são espaços de conhecimento, onde questões sociais também necessitam estar em pauta. Pensar em questões raciais num ambiente assim pode gerar mudanças significativas no cenário nacional, uma vez que os profissionais estarão preparados para atuar na sociedade marcada pelas diferenças sociais e raciais. E diante desse desafio, como aponta Gomes (2012b), o movimento negro tem um papel pedagógico.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil passou mais de um século sem políticas públicas para o negro, diz professor**. Edição Tereza Barbosa. 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/2012/11/brasil-passou-mais-de-um-seculo-sem-politicas-publicas-para-o-negro-diz-professor>. Acesso em: Setembro 2019
- BRASIL, Casa Civil. **Lei n. 10260 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Brasília: Casa Civil, 2005.
- BRASIL, Casa Civil. **Lei n. 11096 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES. Brasília: Casa Civil, 2001.
- BRASIL, Casa Civil. **Lei n. 11096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Brasília: Casa Civil, 2005.
- BRASIL, Casa Civil. **Lei n. 12519 de 10 de novembro de 2011**. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília: Casa Civil, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Diretrizes Gerais**. Brasília: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, 2007.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992
- DEMO, Pedro. Qualidade da educação: tentativa de definir conceitos e critérios da avaliação. **Estudos em avaliação educacional**, n. 02, 1990.
- GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação (apresentação do dossiê). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012a.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012b.
- JOHNSON III, Ollie A. **Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99)**. Estudo afro-asiático. no. 38. Rio de Janeiro. Dezembro 2000.
- MOREIRA, Adilson. **O humor racista é um tipo de discurso de ódio**. Carta Capital. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adilson-moreira-o-humor-racista-e-um-tipo-de-discurso-de-odio/>. Acesso em: Setembro 2019
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.